

**envelhecimento saudável e sustentabilidade:
educomunicação como percurso para a resiliência ambiental**

**healthy aging and sustainability:
educommunication as a tool for environmental resilience**

Louis Edoa

Doutorando em Comunicação Social
Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)
São Paulo, SP

Orcid: . <https://orcid.org/0000-0002-3474-0475>

Renata Eisinger

Doutoranda em Comunicação Social
Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)
São Paulo, SP

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5131-4204>

Fabiana Jacopucci

Doutoranda em Comunicação Social
Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)
São Paulo, SP

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2847-6982>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17517388>

Resumo: O estudo analisa o cenário climático atípico de 2023 no Brasil, marcado por chuvas intensas, calor recorde, ciclones, alagamentos e deslizamentos que afetaram a infraestrutura urbana e a qualidade de vida das populações. Esses eventos extremos, amplificados pelas emissões de gases de efeito estufa ligadas ao consumismo contemporâneo, revelam a insuficiência de abordagens educativas tradicionais que negligenciam a dimensão ambiental de forma crítica e interdisciplinar. Ao mesmo tempo, o país registra um acelerado envelhecimento populacional, com 15,8% dos brasileiros com 60 anos ou mais, cuja trajetória de vida acumula saberes, memórias e histórias fundamentais para soluções locais e para o fortalecimento do tecido social. Em resposta, propõe-se a convergência entre educomunicação e educação ambiental voltada ao público idoso, unindo recursos dialógicos e midiáticos à prática pedagógica que valoriza a experiência e estimula a participação ativa. A proposta visa transformar dados climáticos e informações científicas em narrativas significativas, reforçando redes de sociabilidade, promovendo justiça ambiental e contribuindo para o bem-viver em territórios resilientes. Alinhada à *Década do Envelhecimento Saudável 2021–2030* da OMS e da OPAS, o estudo empírico prevê oficinas colaborativas, produção de materiais audiovisuais e fóruns intergeracionais onde os idosos protagonizam o

registro de vivências, fortalecendo laços comunitários e incentivando práticas cotidianas sustentáveis. Ao valorizar a voz dos mais velhos, desenvolve-se uma cidadania ambiental ativa e intergeracional, capaz de enfrentar desafios climáticos com criatividade e resiliência. Em última instância, essa convergência legitima o papel dos idosos como agentes de mudança e forja um modelo educativo inclusivo e transformador.

Palavras-chave: (1) Comunicação e educação ambiental; (2) Educomunicação; (3) Mudanças climáticas; (4) Envelhecimento; (5) Resiliência.

Abstract: This study analyzes the atypical climate scenario for 2023 in Brazil, marked by intense rainfall, record heat, cyclones, floods, and landslides that have affected urban infrastructure and the population's quality of life. These extreme events, amplified by greenhouse gas emissions linked to contemporary consumerism, reveal the inadequacy of traditional educational approaches that neglect the environmental dimension in a critical and interdisciplinary manner. At the same time, the country is experiencing rapid population aging, with 15.8% of Brazilians aged 60 or older, whose life trajectories accumulate knowledge, memories, and stories fundamental to local solutions and the strengthening of the social fabric. In response, the study proposes a convergence between educommunication, and environmental education aimed at older adults, combining dialogic and media resources with pedagogical practices that value experience and encourage active participation. The proposal aims to transform climate data and scientific information into meaningful narratives, strengthening social networks, promoting environmental justice, and contributing to well-being in resilient territories. Aligned with the WHO and PAHO *Decade of Healthy Aging 2021–2030*, the empirical study includes collaborative workshops, the production of audiovisual materials, and intergenerational forums where older adults can take the lead in documenting their experiences, strengthening community ties and encouraging sustainable daily practices. By valuing the voices of older adults, an active and intergenerational environmental citizenship is developed, capable of facing climate challenges with creativity and resilience. Ultimately, this convergence legitimizes the role of older adults as agents of change and forges an inclusive and transformative educational model.

Keywords: (1) Environmental communication and education; (2) Educommunication; (3) Climate change; (4) Aging; (5) Resilience.

Introdução

A intensificação de eventos climáticos extremos no Brasil entre 2023 e 2024, manifestada em enchentes severas no Sul e Sudeste, secas prolongadas no Nordeste e ondas de calor inéditas na Amazônia, revela a amplitude do colapso ambiental impulsionado por padrões insustentáveis de consumo e pelo acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera. Esses fenômenos não apenas expõem fragilidades na infraestrutura urbana e agrária, mas também tensionam as redes de cuidado e solidariedade, sobretudo em contextos onde o envelhecimento populacional avança de forma acelerada. Conforme dados do IBGE, quase 16% dos brasileiros já ultrapassaram os 60 anos em 2022, e essa marca tende a dobrar até meados do século, configurando uma sociedade em que o protagonismo dos idosos precisa ser repensado nos processos de mitigação e adaptação às crises climáticas.

Nesse cenário, torna-se imperativo reconhecer que a trajetória de vida dos idosos — marcada por saberes, memórias e práticas de convivência com o meio ambiente, quando nos referimos, sobretudo, a idosos do meio rural — pode oferecer subsídios valiosos para a construção de territórios mais resilientes. No entanto, as políticas públicas e os modelos convencionais de educação ambiental frequentemente negligenciam as especificidades desse grupo, deixando de incorporar seu potencial transformador e as vulnerabilidades a que está sujeito em situações de desastre: risco elevado de desidratação, mobilidade reduzida e isolamento social. Para responder a esses desafios, este estudo analisa a convergência entre educação ambiental crítica, justiça climática e educomunicação voltada ao público idoso, com o objetivo de empoderar os mais velhos enquanto agentes ativos na elaboração de estratégias comunitárias de prevenção e resposta.

Para atingir esse objetivo, adotamos uma metodologia mista, articulando três etapas complementares. A primeira consiste na apresentação do cenário meteorológico e de desastres naturais, fornecidos por instituições como Inmet e Cemaden, juntamente com estatísticas demográficas do Censo 2022 do IBGE. Em seguida, realizamos uma revisão bibliográfica sobre teorias e práticas de educação ambiental crítica, justiça climática, envelhecimento populacional e educomunicação, a fim de construir um referencial teórico-metodológico que dialogue com a perspectiva decolonial do saber e articule disciplinas como geografia, sociologia, gerontologia e meteorologia. Por fim, propomos pistas para desenvolvimento de uma pesquisa de campo em São Bernardo do Campo (SP), composta por oficinas colaborativas e fóruns intergeracionais com grupos de idosos, nos quais utilizamos recursos dialógicos e midiáticos para registrar narrativas orais, produzir materiais audiovisuais e fomentar redes de solidariedade local.

O artigo está organizado em três partes que refletem essa lógica de construção do conhecimento. Na primeira parte, dedicamo-nos ao cenário climático e ao envelhecimento populacional, relendo indicadores de chuva, calor e umidade registrados em 2023–2024 e analisando suas implicações socioeconômicas e sanitárias para os idosos. A segunda parte explora os fundamentos da educação ambiental crítica e da justiça climática, problematizando as abordagens tradicionais e destacando a necessidade de incorporar uma perspectiva intergeracional e decolonial, capaz de revelar as raízes estruturais da crise e promover equidade etária. A terceira parte focaliza a educomunicação e o bem-viver para a pessoa idosa, propondo metodologias e processos que podem ser empregados nos encontros participativos — como oficinas de rádio comunitária, vídeo-memórias e fóruns públicos — e discutindo como essas práticas fortalecem a autoimagem, as redes de sociabilidade e o engajamento em práticas de cuidado ambiental.

Cenário climático e envelhecimento populacional

Em 2023, o *Instituto Nacional de Meteorologia* (INMET 2024) registrou anomalias históricas que colocaram o Brasil sob forte estresse ambiental como aponta o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Ranking dos cinco anos mais quentes da história do Brasil entre 1961 e 2023



Fonte: Inmet 2023.

Em diversas regiões do país, os índices pluviométricos ultrapassaram em até 150% a média habitual, levando a enchentes de proporções excepcionais, enquanto mais de 300 municípios enfrentaram temperaturas máximas acima de 40 °C fazendo o Inmet declarar o ano como o mais quente da série histórica, com a temperatura média anual 0,69 °C acima da média de longo prazo. A umidade relativa do ar oscilou entre níveis críticos de 15% nas áreas mais afetadas pela seca no Centro-Oeste e picos superiores a 95% em dias de chuva contínua no Sul. Esse conjunto de extremos não apenas comprometeu a produção agrícola, acelerando o abandono de lavouras, mas também favoreceu a proliferação de vetores de doenças, ampliando os riscos à saúde pública.

O descompasso entre chuva e calor encontrou expressão em desastres de proporções inéditas. Em 2023, o *Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais* (CEMADEN) registrou 1.161 eventos — a maioria de origem hidrológica, entre enchentes, inundações e deslizamentos, e o restante proveniente de processos geológicos, como aterramentos e fluxos de massa. No ano seguinte, até novembro, o *Observatório de Clima e Saúde do IciCT/Fiocruz* já contabilizava 896 episódios extremos, de tornados e tempestades de granizo a ondas de calor e secas prolongadas, além de novas inundações e deslizamentos. O Nordeste despontou como epicentro desses impactos, concentrando 40,4 % dos registros, seguido pelo Sudeste (27,0 %), Sul (12,5 %) e Norte e Centro-Oeste (10,2 % cada).

Na esteira desses extremos, multiplicaram-se as tragédias: alagamentos e enchentes arrasaram infraestruturas urbanas e rurais, comprometeram sistemas de saneamento e paralisaram estradas. Entre abril e maio de 2024, por exemplo, o Rio Grande do Sul viveu um dos piores desastres climáticos da história recente, quando chuvas intensas ocuparam o litoral e vales como Taquari, Caí e Guaíba, afetando milhares de famílias em Pelotas, Caxias do Sul e Porto Alegre. Casas foram levadas, bens perdidos e vidas ceifadas. Simultaneamente, ciclos de calor extremo e baixa umidade facilitaram incêndios florestais e urbanos, atingindo sobretudo as franjas do Cerrado e a Mata Atlântica, enquanto ciclones subtropicais atingiram o litoral sul, derrubando redes elétricas e escavando trechos de rodovias (PEREIRA & LIMA 2024).

Enquanto o país lida com esses extremos, vive-se também uma profunda transformação na estrutura etária, fazendo com que a intensidade recaia com mais gravidade sobre pessoas idosas. O *Censo 2022* do IBGE revelou que 15,8 % da população brasileira já tem 60 anos ou mais, ultrapassando pela primeira vez a proporção de crianças e jovens. Esse envelhecimento, fruto de avanços em medicina, saneamento e qualidade de vida, representa uma conquista histórica, mas impõe desafios inéditos em termos sociais, econômicos e de saúde pública, pois, ao lado da longevidade,

crece um perfil demográfico de maior vulnerabilidade: limitações de mobilidade, sensibilidade térmica reduzida, doenças crônicas e isolamento social. Em situações de enchente, por exemplo, esses fatores dificultam a evacuação e o acesso a abrigos; em ondas de calor, agravam o risco de insolação, exaustão e insuficiência cardíaca.

O entrelaçamento entre eventos climáticos extremos e o crescente contingente de idosos configura uma equação de vulnerabilidades que exige respostas integradas e coordenadas. Conforme alerta Camarano (2002), é imprescindível que as ciências sociais desenvolvam ferramentas analíticas capazes de avaliar o impacto simultâneo da transição ambiental e demográfica nas condições de vida, nas políticas públicas e na sustentabilidade dos sistemas de previdência e assistência. Sem esses instrumentos, permaneceremos em situações de crise.

A Organização Mundial da Saúde (OMS S/D) defende que todas as pessoas, em todos os países, devem ter a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, reconhecendo que os ambientes em que habitamos podem tanto favorecer quanto ameaçar a saúde. Quando se cruza o cenário de eventos naturais extremos com o envelhecimento populacional, torna-se evidente a necessidade de um olhar específico para quem possui maior fragilidade física ou mobilidade reduzida. Entende-se então que: “diante da comprovada vulnerabilidade da população idosa e de seu notável crescimento quantitativo, é perceptível a necessidade de estudos específicos, especialmente relacionados à resiliência e adaptação das cidades para essa parcela da população” (SALVALAIO et al. 2023: e023024-3). Ou seja, é necessário compreender e planejar infraestruturas urbanas capazes de proteger, incluir e valorizar os cidadãos mais experientes, minimizando sua exposição a eventos adversos e maximizando seu bem-estar.

Nesse contexto, a *Década do Envelhecimento Saudável* (2021-2030), surge como uma janela estratégica para traduzir essa necessidade de conhecimento em ações concretas. Ao propor a mobilização de governos, sociedade civil, organismos internacionais, academia, mídia e setor privado, essa iniciativa convida a olhar as pessoas idosas não apenas como beneficiários de assistência em situação de desastre, mas como detentores de saberes valiosos e potenciais líderes comunitários.

O reconhecimento desse protagonismo fortalece redes de solidariedade e amplia a capacidade de resposta coletiva, ao mesmo tempo em que orienta a adaptação dos sistemas urbanos pelas lentes da experiência acumulada pelo envelhecimento.

Adaptar infraestruturas urbanas e rurais às novas condições climáticas é parte central da equação (SALVALAIO et al. 2023). Não se trata apenas da aplicação de instrumentos capazes de reduzir temperaturas extremas, definir rotas de evacuação acessíveis e equipar abrigos e postos de saúde, mas também um esforço contínuo de inovação. Nesse sentido,

Salvalaio et al. (2023: e023024-13), ao citarem o *Observatório de Segurança Territorial* (OST 2019), ressaltam que desde o início do século XXI os países de alta renda passaram a encarar a inovação não apenas como motor do desenvolvimento econômico, mas como fator crucial para aprimorar sua capacidade de resposta às demandas sociais, entre elas as relacionadas ao meio ambiente e ao envelhecimento populacional.

Um aspecto relevante que também deve ser observado é que desde o início do século XXI, os países de alta renda compreendem a inovação não apenas como um elemento necessário para o desenvolvimento econômico da nação, mas também como fator preponderante que pode influenciar na sua capacidade de resposta frente aos desafios impostos pelas demandas sociais, como por exemplo as questões ambientais e relacionadas ao envelhecimento da população. Por este motivo, percebe-se um esforço voltado para a criação de políticas públicas, recursos financeiros e instrumentos que possibilitem a promoção da inovação atrelada às investigações científicas (SALVALAIO et. al. 2023: e023024-13).

Entende-se, então, que a efetividade de projetos de infraestrutura climática depende não somente de políticas que integrem recursos financeiros e instrumentos para fomentar a inovação vinculada à pesquisa científica, mas também se reconhece que, entre todas as demandas, preparar a população idosa para enfrentar desastres naturais é uma prioridade inadiável. É preciso incorporar as necessidades específicas dos idosos nos planos de emergência, oferecendo orientações claras e canais de apoio antecipados, tendo em vista que a eficácia de projetos de adaptação climática — qualquer que seja — depende não apenas de aportes financeiros e tecnológicos, mas de um compromisso profundo com a inovação social e a inclusão real de quem mais sofre com as crises ambientais. Incorporar as necessidades específicas dos idosos em cada etapa do planejamento e reconhecer seu protagonismo em situações de desastre são passos fundamentais para fortalecer redes de solidariedade e ampliar a capacidade de reação coletiva. No entanto, para que essas transformações ganhem envergadura e perdurem, é preciso avançar para além dos modelos convencionais que privilegiam intervenções pontuais e responsabilização individual. Nesse horizonte, inserem-se a educação ambiental crítica (EAC) e a justiça climática.

Educação Ambiental Crítica e Justiça Climática

Vivemos uma encruzilhada onde a crise climática e os conflitos socioambientais se intensificam, revelando desigualdades profundas no acesso a recursos essenciais como terra, água e serviços públicos. Frente a esse quadro, a EAC justifica-se pelo fato de que ela supera as abordagens conservacionistas e tecnicistas — centradas na simples transmissão de

conteúdos e na responsabilização individual — ao reconhecer que as controvérsias em torno do meio ambiente são, na verdade, arenas de disputa política.

Nesse sentido, Loureiro (2007) e Layrargues (2010) enfatizam a necessidade de uma abordagem que prioriza a formação de sujeitos políticos, capazes de interpretar, questionar e agir frente às injustiças socioambientais. Trata-se de uma educação comprometida com a transformação social e a democratização dos saberes, promovendo uma leitura crítica do território e da realidade vivida.

Segundo Loureiro (2007), se não discutir questões essenciais como acesso à terra, água e serviços, o discurso ambiental esvazia-se em declarações de boa vontade. Layrargues (2010) complementa afirmando que formar sujeitos críticos é capacitá-los a revelar narrativas hegemônicas — como a ideia de que progresso econômico e conservação não se conciliam — e a articular alternativas ancoradas na justiça social e na equidade geracional. Para eles, é preciso uma articulação entre a EAC e o movimento de justiça climática,

... em decorrência da aproximação no modo como definem as causas da crise atual, estabelecem estratégias de luta social e defendem o projeto societário anticapitalista (LOUREIRO & LAYRARGUES 2013: 53).

A articulação epistemológica e política, que Loureiro & Layrargues apontam, indica um caminho claro: não basta ensinar sobre sustentabilidade, é preciso desvelar as raízes estruturais das injustiças ambientais. Dentro desse paradigma, a justiça climática não é caridade, mas reconhecimento de que grupos que menos contribuíram para as emissões — indígenas, quilombolas, pequenos agricultores e, de modo cada vez mais premente, a população idosa — carregam o peso dos eventos extremos. Nessa ótica, pensamos que, ao integrar a EAC e a justiça climática, ampliamos o foco para incluir essas vozes vulneráveis uma vez que

... os princípios da justiça climática deveriam orientar políticas pelo fato de serem a estratégia mais apropriada no enfrentamento da desigualdade e injustiça relacionadas às mudanças climáticas” (TORRES et al. 2021: 162).

A Agenda 2030, por meio do *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável* - ODS 4, convida a entender a educação além dos índices de proficiência. Trata-se de promover processos formativos inclusivos que conjugam vários elementos como faixa etária, renda e acesso a tecnologias. No Brasil, a *Política Nacional de Educação Ambiental* (PNEA) tem entre seus objetivos a valorização da interdisciplinaridade e participação social, mas carece de

diretrizes específicas para envolver idosos, segmento que enfrenta, além da exclusão digital, limitações de mobilidade.

A este respeito, Machado; García Velasco & Amim (2006), analisando a convergência entre a PNEA e a Política Nacional do Idoso (PNI), ressaltam que, embora a lei enfatize a interdisciplinaridade e a participação social, ela não oferece diretrizes específicas para articular ações que considerem as barreiras tecnológicas (exclusão digital) e físicas (mobilidade reduzida) enfrentadas pela população idosa. Na sua visão, *“PNI e a PNEA podem se complementar em ações comuns a fim de estimular o desenvolvimento sustentável”* (MACHADO et al. 2006: 168).

Porciúncula & Porto (2014), discutindo as escassas políticas formais de educação ambiental voltada para idosos, apontam que, apesar do Estatuto do idoso garantir direitos à educação e ao lazer, falta à PNEA um recorte etário que aborda metodologias e recursos adaptados às necessidades dessa faixa etária, reforçando a urgência de incorporar estratégias de inclusão e acessibilidade nos programas e cursos de educação ambiental.

Diante do envelhecimento populacional e da acelerada transição demográfica, resultantes do aumento da expectativa de vida e redução das taxas de natalidade, justifica-se a importante discussão sobre a temática do envelhecimento, meio ambiente e o lugar que a educação ambiental ocupa neste território. Compreender como os fatores naturais e sociais exercem influências na qualidade de vida dos idosos, principalmente aqueles que residem em instituições, tornou-se questão fundamental para toda sociedade (PORCIÚNCULA & PORTO 2014: 453).

Ou seja, frente ao envelhecimento e a acelerada transição demográfica, estamos entrando em uma nova fase com consequências profundas para políticas públicas e relações sociais. Com isso, surge a necessidade de articular o debate ambiental com a pauta do envelhecimento. Isso significa que a educação ambiental não pode permanecer voltada exclusivamente para crianças e jovens: ela deve considerar a realidade dos idosos como agentes e também como vulneráveis frente às mudanças ambientais.

Ao destacar a compreensão dos fatores naturais e sociais que impactam a qualidade de vida da pessoa idosa, os autores introduzem um enfoque interdisciplinar na medida que o seu bem-estar depende cada vez mais de fatores como clima, urbanização, acessibilidade, poluição, disponibilidade de áreas verdes, entre outros aspectos ambientais. Esse desafio, além de exigir uma abordagem sensível às especificidades deste grupo e à complexidade socioambiental que o cerca, convoca a educação ambiental a reposicionar-se passando de ferramenta informativa a espaço dialógico geracional.

Trata-se de um movimento que exige o enfrentamento da colonialidade do saber (ROCHA 2022), racionalidade eurocêntrica que silencia epistemologias do campo, da floresta, da favela e, também, da velhice.

A educação ambiental precisa integrar saberes gerontológicos com práticas de manejo ambiental tradicionais, como propõem Gonçalves e Freitas (2023). Urgência de uma metodologia qualitativa que traga à tona histórias de vida, cartografias afetivas, narrativas sobre enchentes ou secas vividas pelos mais velhos — saberes situados, concretos e invisibilizados pelo discurso dominante.

Nesse sentido, entende-se que a interdisciplinaridade não é apenas metodológica. Ela é também política. Quando se articula geografia, sociologia, gerontologia e meteorologia, como sugerido, revela-se que exclusão ambiental e exclusão etária caminham juntas — seja pela falta de transporte acessível, seja pela ausência de políticas públicas voltadas a instituições de longa permanência. Unir esses saberes é romper com a colonialidade e construir uma EAC, comprometida com a justiça climática e com uma sociedade que reconhece o valor das memórias vivas como ferramentas de resiliência.

A articulação interdisciplinar que rompe com a colonialidade do saber encontra na educomunicação o espaço de prática e concretização. Em outras palavras, a educomunicação operacionaliza a interdisciplinaridade traduzindo as correlações entre vulnerabilidades geracionais e ambientais em narrativas que informam e fortalecem a resiliência comunitária. Ao integrar saberes meteorológicos (previsões de risco), gerontológicos (limitações e potencialidades da população idosa) e territoriais (mapas de áreas vulneráveis), essas práticas comunicativas tornam-se pontes entre o conhecimento especializado e a experiência de quem vive no território, consolidando uma EAC anticolonial e comprometida com a justiça climática.

Educomunicação e Bem-viver para a pessoa idosa

A proposta de Educação Ambiental discutida neste trabalho está sustentada em uma cultura contra-hegemônica, compreendendo o ser humano como construtor de conhecimento e sujeito ativo na produção e recepção de bens culturais e comunicacionais em seu território (VIEIRA 2023). Essa abordagem se estrutura a partir de cinco pilares fundamentais — identidade, diálogo, comunidade, felicidade e potência de ação — conforme proposto por Sorrentino et al. (2018). Tais elementos são indissociáveis da formação de uma consciência ambiental libertadora, capaz de fomentar ações coletivas que valorizem tanto as experiências locais quanto os saberes de alcance global.

Nessa lógica, o(a) educador(a) ambientalista é chamado a desenvolver uma identidade planetária, apta a lidar com os desafios socioambientais em múltiplas escalas. Essa identidade não se restringe ao território imediato,

tampouco exclui as raízes micro locais, mas amplia-se em direção a uma compreensão complexa do mundo — como sugere Edgar Morin, citado por Sorrentino et al. (2018) — onde o local e o global se entrelaçam em uma rede de significados e responsabilidades compartilhadas.

A educação ambiental nessa ótica, portanto, ultrapassa a dimensão instrucional e assume um papel transformador, articulando o individual e o coletivo em direção à construção de uma cultura do bem-viver. Tal proposta se alinha à concepção de Bordenave (2012), que define o bem-viver como a convivência fraterna sustentada na igualdade, na justiça, em um ambiente saudável, em relações de vida digna e em governos que sirvam e inspirem seus cidadãos. Nesse contexto, a aprendizagem ambiental torna-se um processo de emancipação e afetação, onde se busca não apenas informar, mas transformar sujeitos em agentes ativos da mudança que desejamos ver no mundo através da *“convivência fraterna na igualdade e na justiça, em um ambiente saudável, um emprego digno e um governo que entusiasme e sirva os cidadãos”* (BORDENAVE 2012: 13).

Partindo da concepção de educação ambiental como campo contra-hegemônico e emancipador, torna-se essencial aprofundar práticas que coloquem o diálogo, a participação e o bem-estar no centro da aprendizagem, especialmente quando se trata da população idosa. O diálogo, nesse contexto, não é uma simples troca de informações, mas uma experiência de reconhecimento mútuo. Como propõe Buber (1979), trata-se de um encontro entre existências que se ampliam por meio da escuta e da fala. Sorrentino et al. (2018) também destacam que esse processo é profundamente transformador, pois permite que sujeitos compartilhem experiências, revisitem crenças e fortaleçam suas subjetividades em uma atmosfera de respeito e reconstrução.

Ao se engajar no diálogo genuíno, a pessoa idosa vivencia formas de participação que ampliam seu pertencimento político e comunitário. Esse pertencimento não se dá apenas pela presença em espaços físicos, mas pelo reconhecimento de seus saberes, competências e potências como podemos inferir em Da Silva (2021) quando aponta que é preciso que haja esforço para que aconteça um encontro único, exclusivo. Quando isso ocorre, emerge uma sensação legítima de felicidade — não reduzida ao prazer individual, mas compreendida como estado de equilíbrio, bem-estar e paz interior diante do mundo. Embora essa plenitude possa parecer utópica diante das desigualdades sociais e políticas, ela ganha densidade quando associada à noção de cidadania ativa.

Nesse caminho, a teoria da motivação humana de Maslow, apresentada por Cloninger (1999), oferece uma lente potente para compreender os vínculos entre aprendizagem ambiental, felicidade e saúde integral. Quando necessidades básicas como segurança e pertencimento são reconhecidas, abre-se espaço para o florescimento da autoestima e da autorrealização. A educação ambiental, ao promover vínculos com o

ambiente e com o outro, pode reverter quadros de adoecimento gerados pela negação do potencial humano — reintegrando o sujeito à sua natureza e ao território que habita.

É nesse contexto que a educomunicação emerge como interface libertadora entre educação e comunicação, contribuindo para a criação de ecossistemas comunicativos inclusivos e democráticos. Longe de ser uma metodologia neutra, ela se fundamenta no pensamento freiriano, que reconhece o papel da linguagem como instrumento de libertação. Como afirma Freire (1967), trata-se de uma “*educação para decisão, para responsabilidade social e política*” (1967: 88), que transforma o ato de comunicar em prática de cidadania.

Soares (2011) conceitua a educomunicação como campo de atuação social que promove o diálogo, a construção criativa do conhecimento e a prática da solidariedade. Os meios de comunicação, as artes e as manifestações culturais — novas linguagens — tornam-se dispositivos de expressão crítica, exigindo planejamento e sensibilidade para sua gestão. Quando bem conduzida, a comunicação horizontal permite a valorização da escuta, da pluralidade de vozes e da criatividade coletiva — pilares essenciais para promover a participação da pessoa idosa nos processos educativos e ambientais.

A educomunicação socioambiental, por sua vez, amplia essa abordagem ao integrar saberes da natureza, da cultura e da subjetividade. Ela se opõe às ações tecnicistas e desumanizadoras, propondo o bem-viver como horizonte ético e político da qualidade de vida. No entanto, como indica a lacuna presente na maioria dos projetos e estudos, a participação da população idosa ainda é secundarizada. A ênfase tem sido na inclusão digital e no combate à desinformação, sem uma reflexão consistente sobre educação ambiental em espaços comunitários que reconheçam a trajetória e os saberes acumulados ao longo da vida.

Para superar essa ausência, é preciso romper com a lógica bancária — tão criticada por Freire — e criar ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos. Tais espaços devem legitimar a experiência da pessoa idosa, promover o diálogo intergeracional e reconhecer que a sustentabilidade começa pela escuta respeitosa daqueles que já viveram ciclos de transformação ambiental e social. É na valorização desses saberes e na construção de narrativas significativas que se fortalece a aprendizagem crítica, sensível e transformadora voltada para o bem-viver.

Tecendo resiliência e cidadania

A sociedade contemporânea vive sob a égide da Quarta Revolução Industrial, termo cunhado por Schwab (2016) para descrever a velocidade e profundidade das inovações digitais que marcam nosso tempo. Estamos hiperconectados: cada dispositivo, rede social e plataforma midiática

redefine nossas formas de produzir, consumir e relacionar-nos, e impõe um novo pacto com a sustentabilidade. Se, de um lado, somos testemunhas de transformações que avolumam as crises climáticas e a exploração dos recursos naturais, de outro, enfrentamos uma transição demográfica poderosa, na qual o envelhecimento populacional exige repensar as políticas econômicas, sociais e ambientais. As pessoas idosas — hoje produtores culturais e consumidores — trazem memórias corpóreas, afetivas e ecológicas que podem iluminar trajetórias de resiliência, mas também vivem vulnerabilidades que se agravam em contextos de seca, alagamento ou ondas de calor (SCHWAB 2016).

Neste cenário, a partir da interface entre educação ambiental e educomunicação, acreditamos que a educação, formal ou não-formal, deve extrapolar os muros escolares e consolidar novos ecossistemas comunicativos, capazes de acolher saberes diversificados e de promover espaços de convivência cujo eixo seja o bem-viver. É justamente essa proposta que orienta nosso estudo nos Projetos de Extensão Universitária (PEU) e Núcleo de Arte e Cultura (NAC) da Universidade Metodista de São Paulo. Espaços de reflexão crítica sobre fundamentos teóricos e possibilidades empíricas que empoderem a população idosa como protagonista da construção de narrativas e práticas socioambientais sustentáveis.

Para concretizar essa convergência, nossos projetos adotam um percurso metodológico investigativo que prevê três metodologias de campo. A primeira consiste em oficinas colaborativas, realizadas nos espaços destinados ao PEU e NAC, em que idosos e jovens trabalham em grupos mistos para compartilhar relatos de eventos climáticos passados e identificar desafios atuais. Esses encontros se apoiam na pedagogia dialógica de Paulo Freire (1983), que entende a prática educativa como via de mão dupla: educador e educando aprendem e transformam-se mutuamente, problematizando o conhecimento e ampliando repertórios de ação crítica.

Em seguida, avançamos para a produção de materiais audiovisuais cocriados. Guiados por princípios de educomunicação, etapa não iniciada, pode incluir rodas de gravação de podcasts e oficinas de vídeo-memória, nas quais os participantes vão documentar, com celulares e câmeras comunitárias, trajetórias de migração forçada por enchentes, adaptações a períodos de estiagem ou memórias afetivas relacionadas à paisagem local. Esses registros não se destinam apenas ao arquivo; sua difusão em redes de rádio comunitária, sites e salas de convivência fortalece a visibilidade das vozes idosas e subsidia planos locais de resposta a desastres.

Por fim, organizar fóruns intergeracionais, abertos ao público, onde as produções multimídia servem de ponto de partida para debates entre moradores, gestores públicos e especialistas em saúde, urbanismo e meio ambiente. Nesses espaços, valoriza-se a escuta ativa e a expressão cultural: músicas, cordéis e pequenas dramatizações derivadas dos testemunhos.

Neste momento, um modelo deste espaço é o projeto clube de leitura destinado à população idosa e que integra estudantes dos cursos de graduação da universidade. Conforme Brianezi e Gattás (2022), a participação ativa, a expressão cultural e a autorrealização são condições imprescindíveis à criação de ecossistemas comunicativos socioambientais que promovam o senso de pertencimento e incentivem mudanças de atitude.

Essas propostas empíricas respondem a necessidades concretas da população idosa ao mesmo tempo em que ressignificam o papel tradicional da educação ambiental. Ao colocar em diálogo metodologias qualitativas — histórias de vida, cartografias afetivas e etnografias urbanas — com artefatos midiáticos, rompemos com a lógica de transmissão unilateral de informação. Construimos, assim, espaços de fala e escuta onde a experiência acumulada dos mais velhos é reconhecida como capital cultural e política, e onde as práticas cotidianas de cuidado com o planeta emergem como estratégias de cidadania ambiental. Em suma, a combinação de educomunicação e educação ambiental crítica valoriza a potência de ação da população idosa, legitima suas narrativas e incentiva a construção coletiva de territórios mais resilientes, inclusivos e felizes.

Referências

BORDENAVE, Juan (2012). “Os novos desafios da comunicação para o desenvolvimento”. In: HEBERIÊ, Antonio Luiz Oliveira; COSENZA, Bárbara Chevallier & SOARES, Felipe Bonow (Orgs.). *Comunicação para o desenvolvimento*. Brasília, Embrapa: 11–30.

BRIANEZI, Thaís & GATTÁS, Carmen (2022). “A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável”, *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 21, n.41: 33–43.

BUBER, Martin (1979). *Eu e tu*. Tradução: Newton Aquiles von Zuben. 2. ed. São Paulo, Cortez & Moraes.

CAMARANO, Ana Amélia (2017). “Envelhecimento populacional na Agenda Nacional”. In: IPEA. *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior*, Brasília, n. 53: 11-20. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/54a73f07-9f97-4722-abbd-3e26c8f2cb55/content>. Acesso em: 26/07/2025.

CLONINGER, Susan C. (1999). *Teorias da Personalidade*. Tradução: Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo, Martins Fontes.

DEBERT, Guita Grin (2012). *A Reinvenção da Velhice: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo, Ed. USP; Fapesp.

FREIRE, Paulo (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1983). *Extensão ou comunicação?* 7a ed. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GONÇALVES, Mardony Barbosa de Paula & FREITAS, Nádia Magalhães da Silva (2023). *Caderno de Educação Ambiental: vertentes crítica e decolonial*. Canaã dos Carajás-PA: Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemática. Disponível em: [Repositório UFPA](#). Acesso em: 20/06/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2022). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2022>. Acesso em: 17/03/2025.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA — Inmet (2023). *Eventos extremos: setembro/2023 foi marcado por chuva acima da média no Rio Grande do Sul e calor extremo*. In: Instituto Nacional de Meteorologia, Ministério da Agricultura e Pecuária. <https://portal.inmet.gov.br/noticias/noticias?noticias=2023>. Acesso em: 20/04/2025.

_____. (2024). “Ano de 2023 é o mais quente da história do Brasil”, *Portal INMET*. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/ano-de-2023-%C3%A9-o-mais-quente-da-hist%C3%B3ria-do-brasil>. Acesso em: 27/06/2025.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (2010). “Identidades da educação ambiental: descobrimos que somos diferentes. Saberemos conviver com isso?” In: DIB-FERREIRA, Declev Reynier & GUERREIRO, Jacqueline (Orgs.). *O VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental: participação, cidadania e educação ambiental*. Niterói, Instituto Baía de Guanabara: 34-38.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.) (2007). *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro, Quartet.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. & LAYRARGUES, Philippe Pomier (2013). “Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica”, *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1: 53-71. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/8VPJg4SGvJLhcK3xcrrnHRF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21/06/2025.

MACHADO, Rosângela Fátima de Oliveira; GARCIA VELASCO, Fermin de La Caridad & AMIM, Valéria. (2006). “O encontro da política nacional da educação ambiental com a política nacional do idoso”, *Saúde e Sociedade*, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 3: 162–169. Disponível em: <https://revistas.usp.br/sausoc/article/view/7501>. Acesso em: 25/06/2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS [S/D]. *Ageing* [Internet]. Genebra, Organização Mundial da Saúde. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/ageing#tab=tab_1 Acesso em: 27/06/2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS (2020). *Década do envelhecimento saudável nas Américas (2021-2030)*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030>. Acesso em 15/02/2025.

PORCIÚNCULA, Anacirema da Silva & PORTO, Ivalina (2014). “Envelhecimento, Meio Ambiente e Educação Ambiental”, *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*. v. 19, n. 2: 453-470. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/39360>. Acesso em: 25/06/2025.

ROCHA, Davi Maia (2022). *Educação ambiental decolonial : perspectiva para construção decolonial em território paradigmático de hegemonia colonial*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador.

SALVALAIO, R.C.N.; BUSSOLOTI, V.M.; PELLEGRINI, I.U.; SANTOS, J.S.A.; & ALVAREZ, C.E. (2023). “Mudanças climáticas e envelhecimento populacional: uma necessária revisão sistemática de literatura”, *PARC: Pesquisa em Arquitetura e Construção*. Campinas, SP, v. 14, n. 00: e023024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8671221>. Acesso em 20/05/2025.

SCHWAB, Klaus (2016). *A Quarta Revolução Industrial*. Tradução: Daniel Moreira Miranda. São Paulo, Edipro.

DA SILVA, Maycon Renan (2021). “Eu e Tu como proposta dialógica em Martin Buber”, *Prometheus*, v. 13, n.35: 63–79. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/prometeus/article/view/11903>. Acesso em: 29/06/2025.

SOARES, Ismar de Oliveira (2011). Educomunicação: um campo de mediações. In: CITELLI, Adilson Odair & COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.).

Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento. São Paulo, Paulinas: 13—30.

SORRENTINO, Marcos et al. (2018). “Comunidade, identidade, diálogo, potência de ação e felicidade: fundamentos para educação ambiental”. In: *Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências*. 2. ed. Curitiba, Appris: 13—30.

TORRES, Pedro Henrique Campello; URBINATTI, Alberto Matenhauer; GOMES, Carla; SCHMIDT, Luísa; LEONEL, Ana Lia; MOMM, Sandra & JACOBI, Pedro Roberto (2021). “Justiça climática e as estratégias de adaptação às mudanças climáticas no Brasil e em Portugal”, *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 35, n. 102: 159—176. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/190270>. Acesso em: 21/06/2025.

VIEIRA, Taísa Resende de Moraes (2023). *Educação Mediática e Cidadania: do direito à informação à participação do idoso na sociedade*. Dissertação de mestrado. Palmas, Universidade Federal do Tocantins.

Sobre os autores

Louis Edoa é Doutorando em Comunicação Social no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Cilene Victor. Desenvolve pesquisa em Comunicação de Riscos ligados às mudanças climáticas pela Universidade Metodista de São Paulo - Bolsista Capes, com período sanduíche na *Université Paris-Cité - Sorbonne* na França. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo - Bolsista CNPq. Jornalista, Teólogo e Filósofo. Membro dos grupos de pesquisa *Humanizacom* e *Semio Humanitas* e colaborador da Cátedra UNESCO/UMESP. Membro da equipe técnica responsável pela elaboração da proposta do primeiro *Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil* (PN-PDC), professor nos cursos de graduação da Universidade Metodista de São Paulo.

Renata Eisinger é Doutoranda em Comunicação Social no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Camila Escudero. É Professora e Mestre em Administração em Gestão de Pessoas pela mesma instituição, membro do grupo de pesquisa *MOB-Com — Revista Imprensa Jovem*, Coordenadora do Núcleo de Arte e Cultura da Universidade Metodista de São Paulo e do *Programa Aquarela 60+* e Pró-reitora de Extensão Universitária.

Fabiana Wanrhath Jacopucci é Doutoranda em Comunicação Social no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade

Metodista de São Paulo, sob a orientação da Prof. Dr. Antônio Roberto Chiachri. É Psicóloga e mestre em Educação pela mesma instituição, membro do grupo de pesquisa *Semio Humanitas* e colaboradora da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação para o desenvolvimento regional.